

SATI RJ
Participações S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021 e 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e diretores da

Sati RJ Participações S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sati RJ Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sati RJ Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

- Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
- Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 17 de junho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

SATI RJ Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		55.414	137.908	Fornecedores		3.000	1.550
Contas a receber		7.500	-	Obrigações fiscais		22	1.319
Impostos a recuperar		<u>3.797</u>	<u>1.871</u>				
		<u>66.711</u>	<u>139.779</u>			<u>3.022</u>	<u>2.869</u>
Não circulante				Não circulante			
Investimentos	4	<u>1.219.926</u>	<u>1.960.795</u>	Mútuos com partes relacionadas	7 (i)	<u>-</u>	<u>532.120</u>
		<u>1.219.926</u>	<u>1.960.795</u>			<u>-</u>	<u>532.120</u>
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido			
		<u><u>1.286.637</u></u>	<u><u>2.100.574</u></u>			<u><u>1.286.637</u></u>	<u><u>2.100.574</u></u>
					5		
				Capital social		12.234.265	11.684.265
				Reserva de capital		2.413.529	2.413.529
				Reserva legal		70.360	70.360
				Prejuízos acumulados		<u>(13.434.539)</u>	<u>(12.602.568)</u>
						<u>1.283.615</u>	<u>1.565.586</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SATI RJ Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Nota	2021	2020
Outras despesas operacionais			
Administrativas e gerais	6	(84.419)	(60.903)
Resultado de equivalência patrimonial	4	(740.869)	1.472.679
Outras receitas e despesas operacionais		-	5.307
		<hr/>	<hr/>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(825.288)	1.417.084
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		4.861	4.252
Despesas financeiras		(11.544)	(14.124)
		<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro, líquido		(6.683)	(9.872)
Lucro (Prejuízo) dos exercícios		(831.971)	1.407.212
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SATI RJ Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>(831.971)</u>	<u>1.407.212</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(831.971)</u></u>	<u><u>1.407.212</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SATI RJ Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.684.265	2.413.529	-	(13.939.420)	158.374
Reserva legal			70.360	(70.360)	-
Lucro do exercício				1.407.212	1.407.212
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.684.265	2.413.529	70.360	(12.602.568)	1.565.586
Aumento de capital	550.000	-	-	-	550.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(831.971)	(831.971)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.234.265	2.413.529	70.360	(13.434.539)	1.283.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

SATI RJ Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	2021	2020
Resultado de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(831.971)	1.407.212
Ajustes por:		
Juros s/ mutuo com parte relacionada	11.531	14.114
IOF s/ mutuo com parte relacionada	5.528	7.866
Resultado de equivalência patrimonial	740.869	(1.472.679)
	<u>(74.043)</u>	<u>(43.487)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	(1.926)	5.562
Contas a receber	(7.500)	-
Fornecedores	1.450	1.550
Obrigações tributárias	(1.296)	(4.104)
	<u>(83.315)</u>	<u>(40.479)</u>
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aporte de capital de acionistas	550.000	-
Mútuo com parte relacionada	(549.179)	-
	<u>821</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado (gerado) pelas atividades de financiamentos		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		
	(82.494)	(40.479)
Demonstração de aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	137.908	178.387
No fim do exercício	55.414	137.908
	<u>(82.494)</u>	<u>(40.479)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A SATI RJ Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 10 de setembro de 2013 e, tem como objeto social a participação em outras sociedades empresárias e não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio.

A Companhia, localizada na Rua Gomes de Carvalho nº1507 cj 61 Bloco B, Vila Olímpia, CEP 04547-005, São Paulo, concentra seus investimentos na sociedade controlada em conjunto TGSC Terminal de Granéis de Santa Catarina S.A. ("TGSC").

O único investimento da Companhia é representado por 48,227% do capital do TGSC, o qual é um projeto de um terminal portuário de uso privado "greenfield", com terreno próprio contíguo ao Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, para movimentação de grãos vegetais (soja, milho e farelo de soja).

O projeto contempla a instalação de um armazém e cinco silos, com capacidade total de armazenagem de 130.500 toneladas, uma ponte de acesso e um píer para atracação de navios, uma estação de tratamento de efluentes e outras edificações de apoio administrativo. Quanto ao processo de expedição das cargas, o empreendimento será equipado com quatro torres pescantes com capacidade para movimentar até quatro mil toneladas/hora.

Considerando que o terminal já possui as principais licenças e autorizações para o empreendimento, em 2020 o TGSC continuou avançando no processo de desenvolvimento e implantação do terminal, conforme destacado abaixo:

- Em 19 de agosto de 2019 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 3.588, de 13 de agosto de 2019, da Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias, a qual aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Portos, proposto pelo TGSC.
- Com o intuito de aprimorar o projeto de implantação do TGSC, vem sendo realizadas revisões e atualizações neste. Conseqüentemente, foi atualizado o cronograma de obras, o qual foi utilizado para pleitear junto a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ a prorrogação do Contrato de Adesão. Após análise por parte daquela Agência, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2019 a Resolução ANTAQ nº 7.473, de 26 de dezembro de 2019, a qual reconhece a possibilidade de deferimento do pleito de prorrogação de prazo, visando a reprogramação da data de início das operações no âmbito do Terminal de Uso Privado – TUP, bem como encaminhou os autos à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA, do Ministério da Infraestrutura - MInfra, para que, na qualidade de Poder Concedente, adote as medidas que julgar cabíveis no âmbito de sua esfera de competência.

- A controlada em conjunto também evoluiu nas seguintes frentes: i) comercial, especificamente no que tange a busca e celebração de contratos de longo prazo de movimentação e armazenagem de grãos vegetais; ii) estruturação da dívida, em especial por meio de abordagem a potenciais credores e assessores financeiros; e iii) avaliação de eventuais aprimoramento e/ou otimizações no projeto de engenharia, tendo em vista oportunidades de melhora operacional e econômica do terminal.
- Adicionalmente, o TGSC, através de consultoria ambiental especializada, vem realizando o monitoramento ambiental da área do empreendimento, em atendimento aos programas descritos no Plano Básico Ambiental e na Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, os quais contemplam os meios físico, biológico e socioeconômico. O atendimento a todas as condicionantes expressas nas Licenças Ambientais é avaliado e validado por uma empresa independente de auditoria ambiental.
- A controlada em conjunto possui apoio financeiro dos seus acionistas que suportam o plano de negócios visando a implantação do terminal, buscando alternativas disponíveis de capital próprio, capital de terceiros e dívida para o seu desenvolvimento. Seguindo o processo de capitalizações da Companhia, em 2020 a Sagah converteu mútuos referentes a aportes feitos pela mesma na Companhia ao longo de 2018 a 2020, diluindo a Sati de acordo com termos pré-determinados em contrato específico.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras apresentam-se em Reais. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada em conjunto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

d. Mudanças nas principais políticas contábeis

Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021

Em 2021 foram emitidas as seguintes revisões de Pronunciamentos Contábeis, já vigentes para o exercício de 2021:

- (a) Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 17/2021: Alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da Reforma da Taxa de Juros de Referência.
- (b) Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 18/2021: Alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), referentes a benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamentos que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo impactos nas Demonstrações Financeiras.

Novos pronunciamentos a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022

A Administração vem acompanhando os pronunciamentos que já foram emitidos, porém terão vigência somente a partir de 1º de janeiro de 2022 e concluiu que não deverá trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Investimento em controlada em conjunto

O investimento em entidade controlada em conjunto é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido em acordo de acionistas e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa investida registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua controlada em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (“impairment”) do ativo transferido e contempla as seguintes entidades:

	<u>Participação (%)</u>	
Controlada em conjunto:	2021	2020
TGSC Terminal de Granéis de Santa Catarina S.A. (“TGSC”)	48,23	48,23

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as práticas contábeis da controlada em conjunto estão consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada em conjunto são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. *Caixa e equivalentes de caixa*

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários a vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerado de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são mostradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

d. *Redução ao valor recuperável (impairment)*

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Sati não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que passa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Administração não identificou nenhuma provisão que devesse ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e outras receitas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre mútuo com partes relacionadas, encargos financeiros sobre tributos, e outras despesas. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado.

4 Investimento em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os principais dados financeiros da controlada em conjunto, TGSC, podem ser sumarizados como segue:

	2021	2020
Ativo circulante	143.014	84.769
Ativo não circulante	7.008.148	7.012.625
Passivo circulante	771.909	586.313
Passivo não circulante	42.312	70.663
Adiantamento para futuro aumento de capital social	734.283	2.374.639
Capital social (i)	49.055.617	45.982.519
Ações do capital social	835.954.553	469.779.799
Prejuízo acumulado	(43.452.958)	(41.916.740)
Patrimônio líquido	5.602.659	4.065.779
Prejuízo do exercício	(1.536.218)	(1.024.186)
Participação da Companhia no capital social (i)	48,227%	48,227%

Movimentação do investimento

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.960.795</u>
Equivalência patrimonial do exercício	<u>(740.869)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.219.926</u>

- (i) Em 02 de março de 2021, foi aprovado aumento de capital social, através da AGE realizada nesta data, passando o mesmo de R\$ 45.982.519 para R\$ 48.562.159, dividido em 767.843.762 (setecentas e sessenta e sete milhões, oitocentas e quarenta e três mil, setecentas e sessenta e duas) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, um aumento, portanto, no valor de R\$ 2.579.639, mediante a emissão de 298.063.963 (duzentas e noventa e oito milhões, sessenta e três mil, novecentas e sessenta e três) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço unitário de emissão aproximado de R\$ 0,00865465 por ação, totalmente subscritas e integralizadas mediante a captalização de AFACs realizados pela acionista SAGAH Administração e Participações S.A..

A Companhia solicitou o registro da sua manifestação contrária a instalação da AGE e, diante desta instalação, fez registrar seu voto contrário a deliberação.

Em 01 de dezembro de 2021, foi aprovado novo aumento de capital social, através da AGE realizada nesta data, passando o mesmo de R\$ 48.562.159 para R\$ 54.062.159, dividido em 1.526.995.203 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, um aumento, portanto, no valor de R\$ 5.500.000, mediante a emissão de 759.151.441 (setecentas e cinquenta e nove milhões, cento e cinquenta e uma mil, quatrocentas e quarenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço unitário de emissão fixado em de R\$ 0,00724493 por ação, das quais 835.954.553 (oitocentas e trinta e cinco milhões, novecentas e cinquenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e três) ações estão integralmente subscritas e completamente integralizadas em moeda corrente nacional e 691.040.650 (seiscentas e noventa e um milhões, quarenta mil e seiscentas e cinquenta) ações serão integralizadas até dezembro de 2022, correspondendo ao montante de R\$ 5.006.542.

As deliberações desta AGE foram objeto de protesto e dissidência da Companhia, que apresentou declaração de voto e dissidência em separado.

A Convocação das AGEs relativas a aumentos de capital em 2021, assim como os preços correspondentes de emissão de ações e todos os efeitos consequentes são objeto de arbitragens instauradas pela Sati, cujo número dos processos são CAM 187/21 e CAM 202/21.

5 Patrimônio líquido

a. Capital social

Na assembleia geral ordinária do dia 09 de agosto de 2021 foi aprovado o aumento no capital social da Companhia, totalizando R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), mediante a emissão de 4.792.604 (quatro milhões, setecentas e noventa e duas mil e seiscentas e quatro) novas ações ordinárias, sendo o referido aumento de capital totalmente integralizado pela acionista LOGZ Logística Brasil S.A., inscrita no CNPJ nº 10.995.163/0001-05.

O capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$12.234.264,52, divididos em 18.234.899 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2021		2020	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP	2.223.275	12%	2.223.275	16%
Logística Brasil FIP	7.365.356	40%	7.365.356	55%
Empreendedor Brasil FIP	1.434.051	8%	1.434.051	11%
LOGZ Logística Brasil S.A.	7.212.217	40%	2.419.613	18%
	18.234.899	100%	13.442.295	100%

6 Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Impostos, taxas e contribuições	(6.474)	(14.790)
Pessoa jurídica	(76.679)	(46.013)
Outras despesas	(1.266)	(100)
Total	(84.419)	(60.903)

7 Partes relacionadas

(i) Passivo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldo de mútuo no valor de R\$ 532.120 com a Nityam Empreendimentos e Participações S.A. (Nityam), sendo o mesmo quitado em 08 e setembro de 2021.

(ii) Remuneração da administração

Não houve remuneração aos membros da administração nos anos de 2021 e 2020.

8 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de análises periódicas da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

c. Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de seus passivos.

A Administração monitora as previsões das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia estão livres para uso imediato e são suficientes para administrar o risco de liquidez.

d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.